



**26 Anos do Manejo de Pirarucu no
Estado do Amazonas:
Aprendizados e Desafios de um Modelo
de Gestão Compartilhada**





Ficha Técnica

Elaboração:

Cristina Ísis Buck
Sara Quizia Corrêa Mota
Hector Lemainski
James Douglas Oliveira Bessa
Mariana Sales Fernandes

Revisão:

Felipe Rossoni
Diagramação:
Hector Lemainski

Brasília - DF
2025

APRESENTAÇÃO

Para comemorar os 26 anos da experiência do Manejo do Pirarucu no Estado do Amazonas, o IBAMA elaborou uma cartilha contando um pouco sobre a formação, importância e resultados do manejo. A cartilha é baseada na experiência da Superintendência do Estado do Amazonas que apoia e monitora as iniciativas de manejo no estado há mais de 26 anos.

PIRARUCU

Nome Científico:

Arapaima gigas

Nome Popular:

Pirarucu,
Gigante da Amazonia

Origem do nome:

“pira”= peixe
“urucu” = fruto vermelho
usado pelas populações
indígenas em seus
grafismos.

Maior peixe de escama de água doce do mundo.

Chega a pesar 200
quilos e medir 3
metros.



Foto: Fábio Cardoso

DEFINIÇÕES IMPORTANTES

Manejo do pirarucu: É um modelo de gestão compartilhada de base comunitária que, através da organização social dos grupos interessados em participar do processo, protege e recupera o recurso pesqueiro que estava escasso nas áreas.

Manejadores e manejadoras do pirarucu: Beneficiários diretos da pesca manejada do pirarucu que participam das várias etapas que envolvem o manejo: proteção dos ambientes aquáticos, contagem, pesca, comercialização, reuniões de planejamento e avaliação da pesca.

Áreas de manejo: Espaços territoriais e gerenciais definidos onde o manejo pode ocorrer: Unidades de Conservação de Uso Direto, Terras Indígenas e Áreas de Acordo de Pesca.

Unidades ou iniciativas de manejo: Espaços definidos dentro de uma área de manejo que o grupo de manejadores protege para a recuperação dos estoques pesqueiros. Uma área de manejo pode ter mais de uma iniciativa de manejo.

Contador de pirarucu: Profissional competente e preferencialmente certificado, para realizar o processo de contagem de pirarucu.

Recuperação dos estoques pesqueiros: Aumento do número de indivíduos das populações de pirarucu existente em uma unidade/iniciativa de manejo após três anos de proteção dos ambientes aquáticos.

Contagem: Processo de estimativa do número de pirarucus maiores que 100 cm presentes nos ambientes aquáticos, por meio da observação de uma unidade de área do lago de no máximo dois hectares em 20 minutos, reposicionando-se quantas vezes forem necessárias até atingir a extensão do lago.



POR QUE É IMPORTANTE FAZER O MANEJO DE PIRARUCU?

O **pirarucu** sempre foi um peixe importante para a **alimentação e a segurança alimentar** dos moradores da várzea amazônica, mas, devido à grande exploração, a partir da década de 60 a espécie começou a entrar em colapso. Pescadores utilizando barcos com grande capacidade de captura invadiam as áreas de pesca utilizadas por moradores locais, gerando inúmeros conflitos.

Além de ser importante para a conservação do pirarucu e para a segurança alimentar dos manejadores, o manejo também é importante para a proteção da **biodiversidade aquática** e para a proteção dos **serviços ecossistêmicos** da floresta.

A **primeira iniciativa de manejo ocorreu em 1999**, no Estado do Amazonas, e, em 2025 completou **26 anos**. Ao longo do tempo, novas iniciativas de manejo foram surgindo no Estado, replicando e adaptando o modelo inicial desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá na região do Médio Solimões.

COMO OCORRE A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE AQUÁTICA?

O pirarucu habita os ambientes aquáticos das unidades de manejo. Mas ele não está sozinho nesses ambientes, ele faz parte de um **conjunto de animais e plantas que habitam os lagos** das unidades de manejo.

O grupo de manejadores, ao proteger os ambientes aquáticos para evitar invasões de pescadores ilegais, **protege toda a biodiversidade** dessa região.

Em lagos onde ocorre o manejo, é possível observar aumento na quantidade de indivíduos e diversidade de outras espécies de peixes e outros animais.



Foto: Fábio Cardoso

COMO O MANEJO É REALIZADO?

O manejo possui várias etapas. A **maior parte é realizada pelas comunidades** e algumas etapas são executadas pelo governo.

Etapas comunitárias

1. Mobilização e organização social;
2. Zoneamento dos ambientes aquáticos;
3. Proteção desses ambientes;
4. Pesca;
5. Monitoramento;
6. Comercialização;
7. Avaliação da pesca.

Etapas do governo (IBAMA)

1. Apoio, participação e recebimento da proposta do Plano de Manejo do pirarucu;
2. Análise e aprovação do Plano de Manejo;
3. Autorização das cotas de captura; e
4. Monitoramento da pesca, do transporte e da comercialização do pescado.

Após o plano de manejo inicial ser aprovado, a cada ano parte das etapas comunitárias se repetem nas unidades/iniciativas de manejo e seus resultados são encaminhados ao IBAMA através dos **Relatórios Anuais**.

COMO O GOVERNO PARTICIPA DO MANEJO?

Os **governos municipais** são importantes pois as áreas de manejo estão inseridas nos municípios. Estes municípios cuidam das feiras municipais, onde o pescado capturado legalmente no manejo é comercializado. Também podem apoiar as iniciativas de manejo de diferentes maneiras, como através de ajuda na logística de transporte do pescado.

O **governo estadual** é o órgão gestor das Unidades de Conservação Estaduais que realizam manejo, mas ele também auxilia na assistência técnica, fomento, capacitação e pagamento de subsídios à pesca manejada.

O **governo federal** é o órgão gestor das Unidades de Conservação Federais que realizam manejo e tem políticas e programas que apoiam direta ou indiretamente o manejo.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO IBAMA NO MANEJO DO PIRARUCU?

O IBAMA apoia o manejo desde seu início e centraliza todas as informações sobre monitoramento e pesca de todas as iniciativas de manejo do estado.

O Instituto é responsável pela **análise dos planos de manejo de pirarucu, autorização das cotas de captura e pelo monitoramento de todo o processo**. Sendo convidado para participar geralmente desde o início das reuniões de mobilização realizadas pelas comunidades interessadas em participar do manejo.



Foto: Marco Maccichini

Ao longo dos anos, as iniciativas de manejo cresceram muito no estado do Amazonas. **Em 2025, foram emitidas 79 autorizações de captura vinculadas a 46 processos de manejo existentes no IBAMA** (Figura 1). Cada processo pode conter mais de uma iniciativa de manejo.

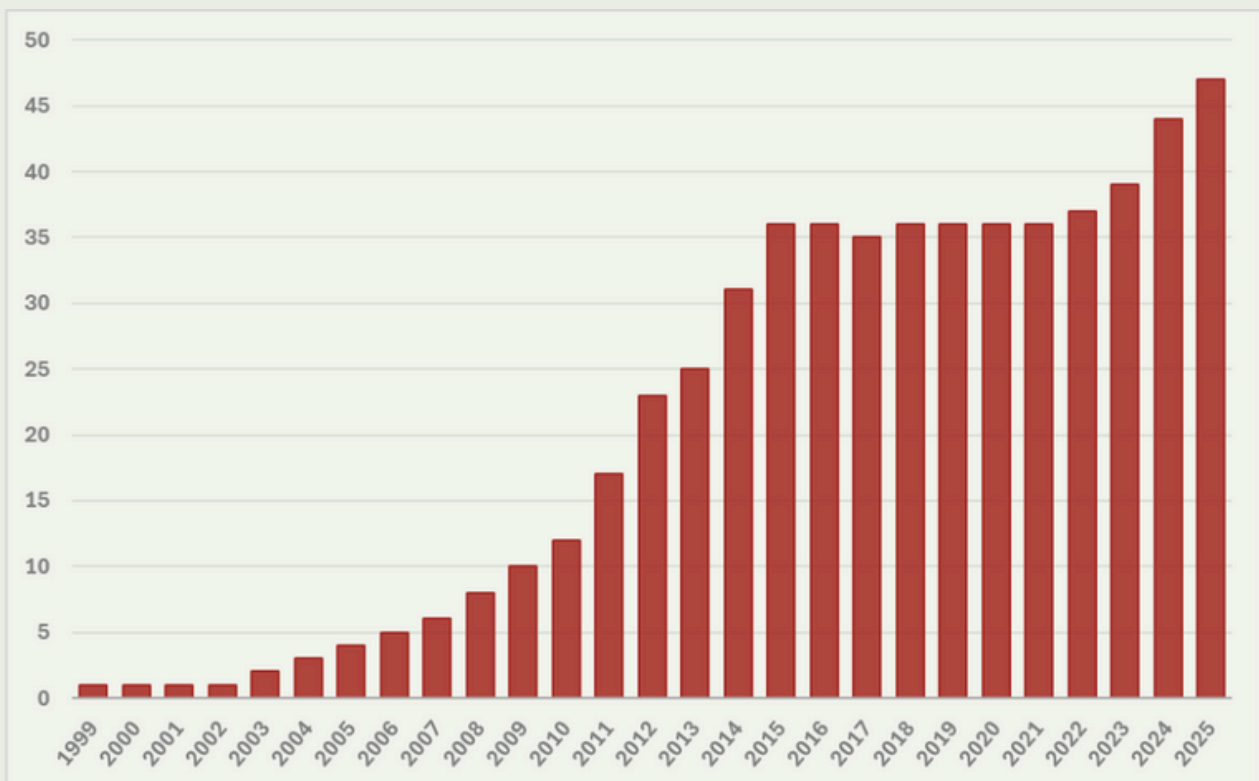


Figura 1: Número de processos de manejo do pirarucu abertos no IBAMA de 1999 a 2025.

Fonte: Ibama.

O QUE SÃO COTAS DE CAPTURA?

As cotas de captura representam a quantidade de peixes adultos que podem ser pescados sem comprometer a conservação das populações locais de pirarucu. Isso ocorre porque as cotas autorizadas são restritivas a até 30% dos peixes adultos contados de um ambiente aquático. Os outros 70% de peixes não capturados garantem a reprodução e a manutenção dos estoques pesqueiros.

As cotas de captura representam também o reconhecimento do governo da importância do trabalho dos comunitários para a conservação do peixe e de toda a biodiversidade aquática vinculada ao pirarucu.

COMO AS COTAS SÃO CALCULADAS?

A base de monitoramento populacional do pirarucu é a **contagem**. A contagem é uma metodologia criada pela junção do conhecimento tradicional e da ciência pesqueira, baseada na classificação dos peixes, que sobem de tempos em tempos à superfície para respirar (**boiada**). Pescadores experientes e/ou que receberam treinamentos específicos são capazes de classificar os peixes em juvenis, também chamados de **bodecos**, e adultos. Peixes juvenis possuem até 150 cm e os peixes adultos são maiores que 150 cm.

Cada grupo de manejadores conta anualmente os pirarucus nos ambientes aquáticos que protege, e isso permite avaliar como está a conservação das populações de peixe em cada uma dessas iniciativas.

Quando todas as iniciativas de manejo que ocorrem no estado do Amazonas são analisadas em conjunto, é possível perceber o quanto o manejo auxilia na conservação do pirarucu (Figura 2). Em 2024, **mais de um milhão de peixes foram computados nas iniciativas de manejo**.

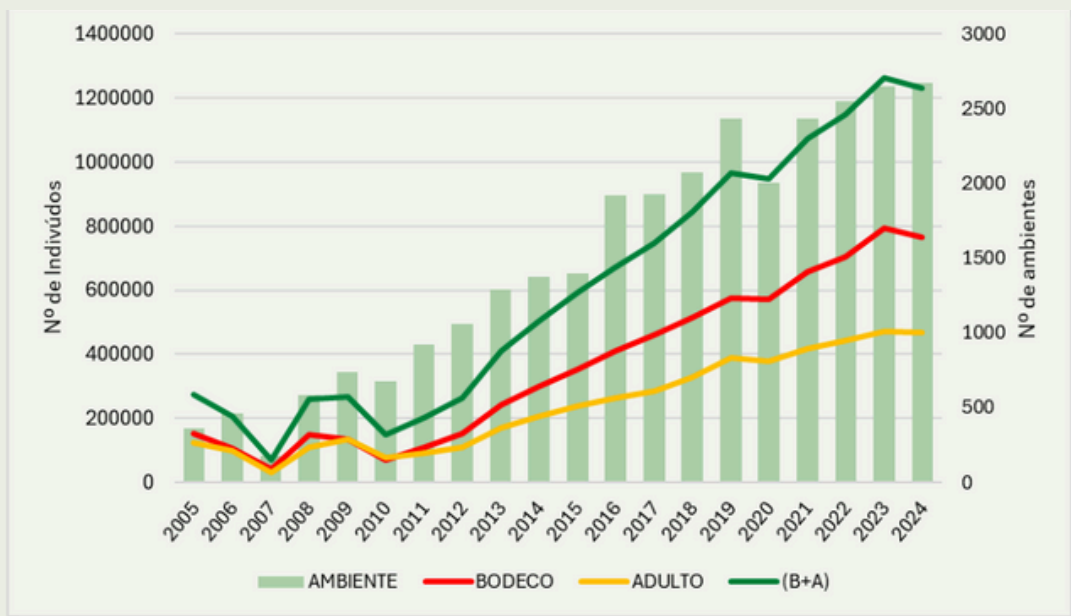


Figura 2: Número de indivíduos de pirarucu contados nas iniciativas de manejo no Estado do Amazonas ao longo dos anos. Fonte: Ibama.

QUE BACANA, E QUAL O FUTURO DO MANEJO?

O manejo do pirarucu se consolidou no Amazonas como um importante processo de gestão compartilhada dos recursos naturais, capaz de conservar o pirarucu, outras espécies de peixes e o ecossistema em que ele ocorre. Além de gerar renda e cidadania aos manejadores e manejadoras de pirarucu, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de quem mora e preserva a Floresta Amazônica.

Em 2025, o Ibama deu um passo importante para valorizar o manejo sustentável do pirarucu ao instituir o **Programa Arapaima** no estado do Amazonas, por meio da Portaria nº 22, de 20 de fevereiro de 2025. Com base nos resultados e aprendizados dessa iniciativa, o Instituto pretende incentivar e avaliar a viabilidade de expandir o programa para outros estados da bacia hidrográfica do rio Amazonas: Acre, Amapá, Pará, Roraima e Rondônia, reconhecendo o potencial dessas regiões para a conservação e o uso responsável da espécie.

Além disso, o Ibama busca aprimorar os mecanismos de controle e monitoramento tanto do manejo quanto da comercialização do peixe manejado, visando garantir a rastreabilidade, a legalidade e a efetividade das ações de conservação.

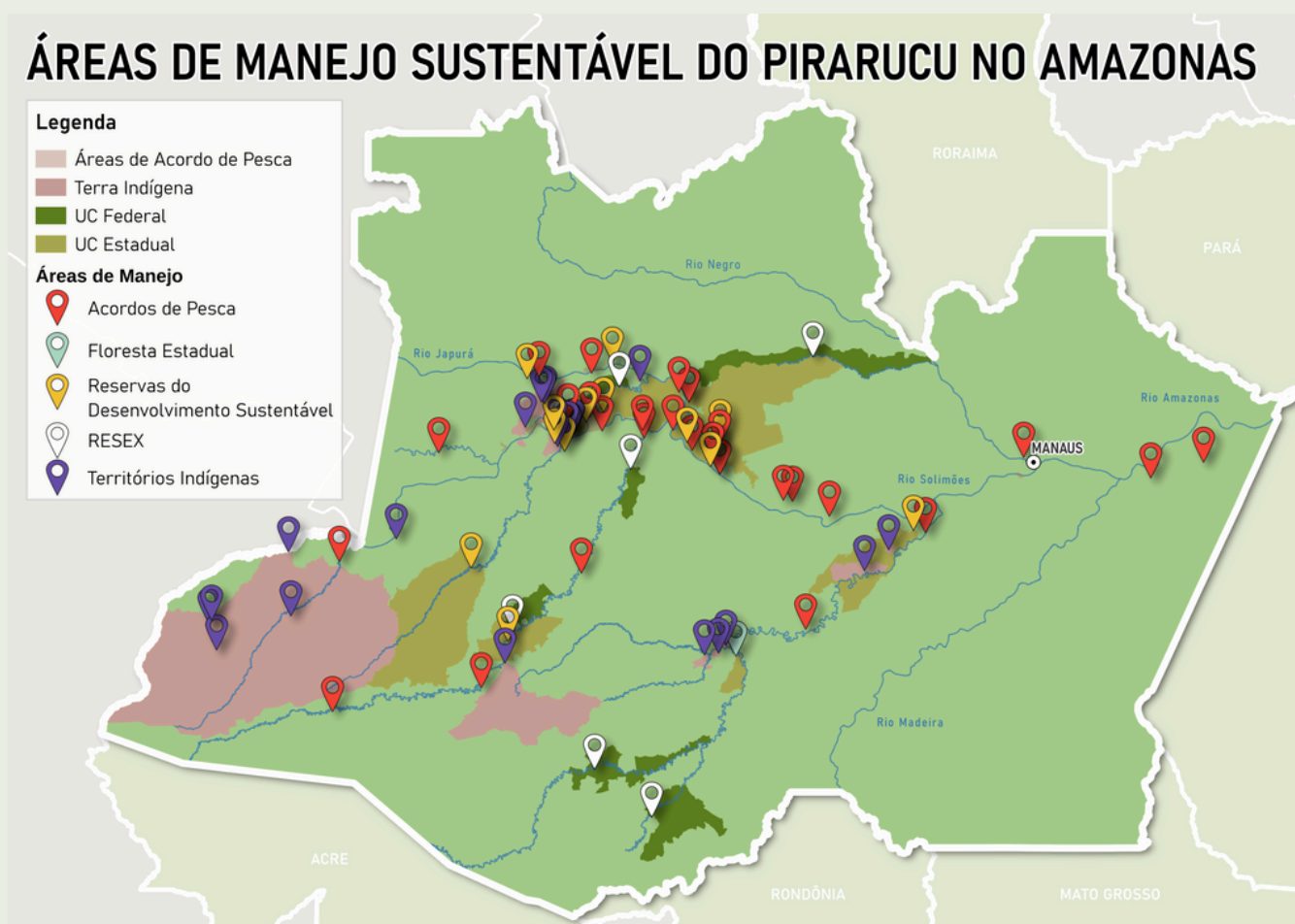


Figura 3: Mapa das iniciativas de manejo sustentável do pirarucu no estado do Amazonas em 2025.

Fonte: Ibama

E COMO A SOCIEDADE CIVIL PARTICIPA DO MANEJO?

Os manejadores são organizados e representados pelas suas associações, colônias de pescadores, cooperativas e federação de pesca. E as iniciativas de manejo possuem parcerias de diferentes organizações da sociedade civil, institutos de pesquisas, assessoria técnica e universidades. Essas parcerias visam apoiar as diferentes etapas do manejo e ajudar a resolver os desafios do processo.



13ª Reunião do Coletivo do Pirarucu, realizada em Manaus/AM, com a participação de servidores do Ibama, pescadores e representantes de instituições ambientais. Foto: Divulgação/Ibama



Lançamento do Programa Arapaima, realizado na sede do Ibama em Brasília/DF, em Fevereiro de 2025. Foto: Divulgação/Ibama



14ª Reunião do Coletivo do Pirarucu, realizada durante a Semana da Sociobiodiversidade, em Brasília/DF, cujo tema foi Fortalecendo Economias Sustentáveis, Pessoas, Culturas e Gerações, com representantes do Ibama, reforçando o papel da autarquia na articulação interinstitucional para o fortalecimento do manejo sustentável da espécie. Foto: Divulgação/Ibama



Foto: Bruno Kelly

PARCEIROS



ASPEMIRI – Associação de Preservação, Conservação e Manejo do Rio Itaúba
 AMEPP – Associação dos Moradores e Entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu Purus
 ACOMAJ – Associação Comunitária Agroextrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Buá Buá
 ACAMCIM – Associação Comunitária Agroextrativista, Manejo e Conservação da Ilha de Mameloca
 AMAFLEC – Associação dos Moradores e Amigos Agroextrativistas da Floresta Estadual de Canatuma
 AMECSARA – Associação de Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo
 APRAD – Associação de Produtores Rurais e Pescadores do Acordo de Pesca do Rio Abufary
 ACBA – Associação Comunitária Bebê Amaro
 ADSSF – Associação de Desenvolvimento Comunitário Sítio Fortaleza Setor Liberdade
 APRPC – Associação dos Produtores Rurais e Preservadores da Comunidade São Rafael
 APIM – Associação do povo Indígena Mura da Terra Indígena Lago do Aiapuá
 APIKAM – Associação dos Povos Indígenas Kanamari do Município de Marã
 ASTA – Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Artesãos do Rio Arari
 ARBLS – Associação de Desenvolvimento Sustentável Extrativista Agricultura Familiar da Região do Baixo Rio Juruá do Lago Serrado
 ASSCOMAL – Associação das Comunidades Manejadoras de Lagos do Rio Iça
 AUCINIRC – Associação União das Comunidades Indígenas e não Indígenas do Rio Copeá

ACUV – Associação Comunitária Unidos Venceremos do Baixo e Médio Rio Copeá
 AAEPRI – Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati
 APIATI – Associação do Povo Indígena Apurinã da Terra Indígena Itixi- Mitari
 APAJC – Associação dos Produtores e Aquicultores de Nova Jerusalém do Caruará
 ASPECT – Associação dos Pescadores Profissionais Artesanais de Tonantins
 CTI – Centro de Trabalho Indigenista
 COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini
 COOPEAKA – Cooperativa de Preservação Etno Ambiental Autônomas dos Kanamari da Aldeia São Luiz
 Instituto Juruá
 IDFSB – Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa
 OGM – Organização Geral Mayoruna
 OPAN – Operação Amazônia Nativa
 Memorial Chico Mendes
 Prefeitura Municipal de Atalaia do Norte
 Prefeitura Municipal de Beruri
 Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos
 Prefeitura Municipal de Fonte Boa
 Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença
 Prefeitura Municipal de Japurá
 Prefeitura Municipal de Marã
 Prefeitura Municipal de Tonantins
 Prefeitura Municipal de Uarini



MINISTÉRIO DO
 MEIO AMBIENTE E
 MUDANÇA DO CLIMA

